

VIVOS E MORTOS NA RIBEIRA DO SERIDÓ, CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE

MUIRAKYTAN KENNEDY DE MACÊDO ¹

A Ribeira do Seridó contava com a freguesia de *Nossa Senhora de Santa Anna do Caicó*, nela uma “Parochia de Portugueses”, denominação que era anotada em todas as localidades onde era expressiva a população proveniente do Reino, para diferenciá-la da dos adventícios, numa clara demonstração de que o gentílico europeu era um elemento distintivo e estratégico na lógica organizativa da sociedade. Ribeira de franca ocupação e produção pastoril, o Seridó demorou a semear a vida urbana que, em 1775, era representada quase inexpressivamente pela Povoação do Queiquó, Caicó, futura Vila do Príncipe. Possuía 70 fazendas, 24,7 % de todos os estabelecimentos rurais deste porte na capitania, sendo depois do Açú, a segunda ribeira em número de fazendas. Destaque digno de nota foi o número de capelas do Seridó, 07, número superior até à ribeira do Norte, o mais antigo lugar de ocupação colonial e onde ficava o centro administrativo e militar da colônia, sediado em Natal, única cidade da capitania. Desconcertante era a quantidade anotada no relatório de unidades domésticas, à época chamada de “fogos”, da Ribeira do Seridó, o menor número de toda a capitania. Se compararmos com a ribeira do Açú, cuja população ocupava o último lugar em quantidade no Rio Grande à época da desobriga, encontramos quase que o triplo de fogos.

Para o Rio Grande Norte é problemático avaliarmos em um único conjunto de dados o número médio de habitantes por fogo, principalmente se na série conta-se com indígenas aldeados. É bem verdade que esta média é inflacionada nas regiões onde o aldeamento está sob a tutela do Diretório e em regiões escravistas. Era o caso, pelo menos, da Ribeira do Apodi. A razão acima da média para o Seridó é enigmática. Nesta ribeira não havia aldeamento e, por outro lado, o censo de 1775 não contemplou a população escrava. Parece-nos mais um erro de cálculo cometido à época do recenseamento que subvalorizou o número de fogos. Roberto Smith (2002, p. 13), estudando a dinâmica populacional das capitanias de Pernambuco e suas anexas, a partir

¹ Doutor, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus de Caicó.

de uma variada gama de documentos censitários coloniais, chegou a uma média de 4,86 a 5,27 de habitantes por fogos. Número razoável, se observarmos os casos medianos da tabela 25 e se levarmos em conta o documento eclesial de 1777², que contava para aquele ano, na freguesia de Santa Ana do Seridó, 2.699 pessoas de desobriga contra 533 fogos, o que resulta em uma média de 5,1 de habitantes por unidade doméstica. Este número não nos evoca a imagem de uma casa de fazenda com uma dezena de pessoas vivendo sob o mesmo teto.

Em sertões onde o clero não podia atender a todos os fregueses de forma imediata, o período pascal era propício para que a população dispersa fosse reunida em uma fazenda ou povoado para receber os sacramentos acumulados do período anterior. Tal assistência religiosa era um momento em que os párocos poderiam contabilizar os casamentos, batismos e óbitos, produzindo documentos censitários, como os “róis de desobriga”. Mas, o grande problema deste tipo de listagem estava na ausência de pessoas proibidas de cumprir os preceitos pascais como: excomungados, concubidados, etc., e os menores de sete anos que não eram obrigados a fazê-lo.

Otimizar o pastoreio de almas e, por outro lado, estar atento aos desvios a que a população e o próprio clero poderiam cair, moviam as ações da igreja em realizar censos no sentido de corrigir lacunas de assistência religiosa ou a condensação dela em regiões coloniais mais próximas ao litoral. É nesta direção que o bispo de Olinda remete os números sobre sua jurisdição fazendo eco à política censitária reinol.

Manda-me Vossa Majestade, que remeta outra relação de certo número de Clérigos, que indispensavelmente se fazem necessário para cada uma das ditas Freguesias: para que descontando-se os existentes, se possa vir no conhecimento de quantos são necessários para o uso dos Sacramentos, sem aquela redundância que outros tempos reduziu este Bispado a um grande e excessivo número de Clérigos inúteis e indigentes com tão grande prejuízo da mesma Igreja, e da utilidade dos serviços públicos Militares e Civis.³

² "Relação de todas as Igrejas Paroquiais que pertencem ao Bispado de Pernambuco dividido em Capitánias; as distâncias das freguesias, suas Capelas que as tem das Matrizes, o números dos Sacerdotes, que nelas existem, além do Párocos, seus fogos, e as pessoas de desobriga, por mandado de El Rei Nosso Senhor”.

³ CARTA do Bispo de Pernambuco, D. Tomás [da Encarnação Costa e Lima], ao rei [D. José I], remetendo uma relação de todas as freguesias, capelas, ermidas e oratórios que tem o dito Bispado, e o número de clérigos seculares que existem em cada uma das freguesias. Anexos: 2 docs. AHU, Cx. 126, D. 9545.

Utilizando-se da prática eclesial de contabilidade do *estado das almas*, o *status animarum* exigido desde o Concílio de Trento e da autoridade dos grandes proprietários, como vimos, agraciados em sua maioria com a mercê militar das Companhias de Milícias e Ordenanças, a Coroa montava uma rede de produção de informações populacionais, econômicas e estratégico-militares. Mesmo assim, as estimativas demográficas do período são somente vagos rascunhos que não podem ser tomados como dados quantitativos que exalam exatidão de sua aparência numérica.

Não era, certamente, uma tarefa que se cumpria de forma imediata recolher dados pormenorizados sobre cada um dos itens; era tarefa árdua para os párocos e militares-fazendeiros. Se outros prazos mais vitais, a exemplo dos abastecimentos de tropas em guerras, eram atrasados, imaginemos a contagem detalhada de todos os viventes que, em muitos casos, demoravam muitos meses sem sequer ver outra pessoa senão os de seu círculo familiar ou do trabalho rural. Por outro lado, percebamos a quantidade insuficiente de agentes censitários, se considerarmos os clérigos para cada freguesia na tabela abaixo. Percebamos que somente para cumprir com o pastoreio das almas – e não raro de gado, como vimos no capítulo anterior – os padres nunca passaram de um par de indivíduos em cada localidade, isso para uma população que exorbitava a marca dos três milhares, como no caso da Vila de Arês, freguesia de índios na capitania do Rio Grande e a freguesia de Santa Ana do Seridó, que o bispado de Olinda localizava na capitania da Paraíba a qual contava com cerca dois padres para 1350 almas:

TABELA 01
Mapa de desobriga, com relação dos fogos, sacerdotes, capelas e distâncias das freguesias com relação a Olinda (1777)

	Natal	Assú	Apodi	Pau dos Ferros	Goianinha	Arês (a)	S. José do Ribamar (b)	Extremoz (c)	Portalegre (d)	Santa Ana do Seridó
Pessoas de desobriga	2190	2020	300	2011	2122	3020	580	1721	250	2699
Fogos	417	423	241	546	459	439	311	666	133	533
Sacerdotes	2	2	1	1	1	0	1	0	0	2
Capelas	8	2	2	2	3	1	1	0	0	7
Léguas	34	90	45	39	39	3	32	3	4	70

FONTE: CARTA do Bispo de Pernambuco, D. Tomás [da Encarnação Costa e Lima], ao rei [D. José I], remetendo uma relação de todas as freguesias, capelas, ermidas e oratórios que tem o dito Bispado, e o número de clérigos seculares que existem em cada uma das freguesias. Anexos: 2 docs. AHU, Cx. 126, D. 9545

NOTA: 1. Para demonstrar como se encontrava a Freguesia da Gloriosa Santa Ana do Seridó, agregamos seus números aos da capitania do Rio Grande do Norte, embora para efeitos de administração eclesial a referida freguesia fosse descrita a outra da Capitania da Paraíba. 2. (a), (b), (c) e (d) são localidades nomeadas como “freguesias de índios”.

As listas dos habitantes elaboradas por clérigos (e aqui não são os restritivos róis de desobriga) e militares eram enviadas à Secretaria Geral do Governador-Mor, descrevendo um espaço geográfico que representava a freguesia da Capitania. Aquela instância combinava os dados provenientes de todas as partes e montava um grande quadro populacional, denominado de “Mapa”. Genericamente, esta cartografia populacional era representada segundo o sexo, as oito “classes” etárias, nascimentos e mortes ocorridas no ano censitário. As “classes” etárias variavam conforme o sexo, quatro para cada um, revelando como, através da idade, homens e mulheres eram enquadrados na sociedade.

Evidentemente que os mapas populacionais são uma representação da realidade censitária que, pelas razões já apontadas, estariam muito longe de alcançar um grau de certeza sobre a qual poderíamos nos apoiar com maior segurança. Pelo menos, enquanto representação tais dados coletados foram interpretados pelos administradores da época que averiguavam que políticas e quais estratégias poderiam traçar, ou até mesmo que receios poderiam adiantar diante das nuances etárias da população.

O extrato dominante da população da capitania era claramente os homens e mulheres entre 16 e 60 anos, seguidos das crianças até 7 anos, rapazes até 15 anos e na fração minúscula, os velhos acima de 60. No caso do Seridó, há uma proporção em números absolutos de 1,3 homens para cada mulher, ainda mostrando uma população masculina muito pronunciada se raciocinarmos em termos de que esta proporção sobe, em números relativos, para 1,6 na faixa entre as mulheres entre 14 e 60 anos e homens entre 15 e 50 anos, intervalo etário onde com maior freqüência os casamentos ocorriam.

A história demográfica do período é de difícil padronização posto que não se trata de séries de dados que tenham uma perenidade e, para complicar, não eram coletados de maneira uniforme pelos “agentes censitários” da época: clero e capitães-mores. Com o agravante de que os dados poderiam ser distorcidos por clérigos e senhores de terras que, agindo de comum acordo, manipulavam os números para baixo, de forma a dificultarem a divisão de suas freguesias (SMITH, 2002, p. 9). A realidade das fontes para o entendimento da dinâmica populacional das capitanias de Pernambuco e suas anexas era substancialmente diferente da documentação produzida, por exemplo, para a Capitania de São Paulo, que como asseverou Maria Luiza Marcílio, era exceção. Naquela capitania, a coleta de dados censitários foi realizada vila por vila, e todos os

anos arrolando nominalmente todos moradores e “fogos”, distritos e vilas (MARCÍLIO, 2000, p. 35).

Para termos uma idéia da população da Capitania do Rio Grande do Norte no período colonial, é preciso que compreendamos a espacialização estabelecida pela Coroa. Para efeitos fiscais e contagem da população, o território da capitania foi dividido em ribeiras e estas em vilas e freguesias. Recortes de contornos naturais, contendo outros de natureza política e religiosa. O primeiro censo que categorizava a população segundo “classes etárias” remonta ao detalhado relatório do Governador e Capitão Geral de Pernambuco José Cezar de Menezes, elaborado em 1775⁴. Um balanço da situação econômica de todas as capitanias sob sua responsabilidade assim como a tabulação da população em fazendas, fogos e pessoas de desobriga. Interessante é que estavam excluídos desta contabilidade os escravos, mas não os índios. A ênfase recaía, portanto, na mão-de-obra livre e na população recrutável para as linhas militares.

O relatório dividiu o Rio Grande do Norte em cinco ribeiras. A ribeira do Norte compreendia a Cidade de Natal e a Vila de Extremoz do Norte. Esta última formada por índios da “Língua Geral, com algum número dos da travada das Nações Pancacú, Assú, e Capela (...) com número suficiente de Portugueses” na Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel. A ribeira do Assú: “de algum comércio, por vierem todos anos três ou quatro barcos às oficinas (...) de carnes secas, e courama”. Nela havia uma povoação de mesmo nome e a Freguesia de São João Batista. Na ribeira do Apodi encontramos a Vila de Portalegre, “a qual é de Índios de Língua travada da Nação Paiacú (...) tem bastante Portugueses, moradores e agregados a Vila”, com duas Freguesias: “Nossa Senhora da Conceição dos Paus dos Ferros” e “Nossa Senhora da Conceição, e São João Batista das Varzes”. Na Ribeira do Sul possuía três vilas com suas quatro freguesias: Vila e Freguesia de São José, Vila e Freguesia de Ares e Vila e Freguesia de Vila Flor e por fim a Freguesia de Nossa Senhoras dos Prazeres de Goianinha.

Ribeira e freguesias aparecem nas delimitações territoriais quase sinônimas. O Ouvidor Domingos Monteiro da Rocha, cerca de vinte anos antes, em 1757, anotou, no

⁴ IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, número dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que este tem tido &.a &.a desde o anno de 1774 em que tomou posse o do Governo das mesmas Capitanias o Govenador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes”. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XL, 1918.

Rio Grande, a divisão da capitania em cinco freguesias. Natal, sede da freguesia do Potengi, que possuía 118 casas, e abrangia três povoações: Ceará-Mirim, São Gonçalo e Papari. A segunda, Goianinha, com “bastante moradores”. A terceira, Açú, “donde tem uma povoação de muitos moradores”. A quarta, ao oeste, “erigida na ribeira do Apodi, no lugar chamado Pau dos Ferros”. E a quinta, a freguesia de Caicó, na Ribeira do Seridó, que além da vila do Príncipe, abrigava sob seu domínio a povoação de Acari. (CASCUDO, 1955, p. 110)

TABELA 02
População das ribeiras da Capitania do Rio Grande do Norte em 1775

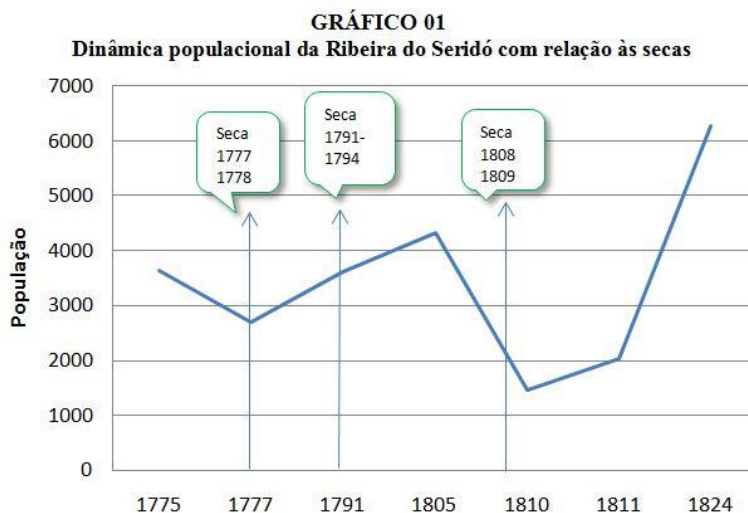
	Ribeiras					Total
	Norte	Assú	Apodi	Seridó	Sul	
Freguesias	0	1	2	1	1	5
Cidade	1	0	0	0	0	1
Vilas	1	0	1	0	3	5
Fazendas	28	96	54	70	35	283
Capelas	6	3	5	7	4	25
Fogos	1.358	571	421	200	1.890	4.440
Pessoas de desobriga	4.614	2.864	4.904	3.174	6.661	22.217
Relação média por fogo	3,4	5,0	11,6	15,8	3,5	5,0

FONTE: Idéia da População da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, número dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que este tem tido &.^a desde o anno de 1774...

O relatório do governador de Pernambuco e capitanias anexas é um alentado documento que pormenoriza aspectos geográficos, econômicos, religiosos, fiscais e populacionais. É um exemplo acabado da racionalidade capitalista que já se adentrava no corpus da administração colonial. Sua elaboração deve ter sido acalentada com longas esperas que, quando passavam da conta eram acompanhadas de denúncias de ambas as pontas da realidade colonial. Como desenho final do documento, depreendemos o peso econômico do interior da capitania do Rio Grande no quesito da criação de gado. As ribeiras do Açú, Seridó e Apodi, dominavam a ocupação de seu espaço com fazendas de gado, ao passo que tais estabelecimentos eram minoritários nas ribeiras litorâneas do Norte e do Sul. Certamente por serem regiões inaugurais da colonização, ali a propriedade fundiária concentrou-se nas mãos de ricos fazendeiros.

Olhada em conjunto, a partir das informações dos oficiais das Ordenanças e padres em desobriga pelos sertões, perceberemos que a realidade demográfica da Ribeira do Seridó revelou-se surpreendentemente pulsátil em várias ocasiões. Afinal,

como explicar que entre 1775 e 1791, em um prazo de 16 anos, a população permaneceu quase com o mesmo número de indivíduos? E quais os motivos para oscilar vertiginosamente em outros períodos, como podemos constatar pela tabela e pelo gráfico abaixo?



FONTES: (a) IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, número dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que este tem tido &.^a &.^a desde o anno de 1774...; (b) Relação de todas as Igrejas Paroquiais que pertencem ao Bispado de Pernambuco dividido em Capitancias; as distâncias das freguesias, suas Capelas que as tem das Matrizes, o números dos Sacerdote, que nelas existem, além do Párcos, seus fogos, e as pessoas de desobriga, por mandado de El Rei Nosso Senhor; (c) AHU – Rio Grande do Norte, Cx. 9, D. 18, 46 e 47 Cd-Rom – RN – Projeto Resgate; (d) e (e) Mapas diversos. IHGRN. Cx.83

Percebamos, pelo gráfico acima, o mergulho da linha populacional principalmente no final da década de 70 do século XVIII e início do século XIX. No mais medonho dos estios, a Grande Seca da década de 90, parece ter-se mantido, aparentemente, o padrão de crescimento populacional. Mas é preciso que consideremos que não é conhecido qualquer censo entre 1791 e 1806. Período de reestruturação econômica que equivalia, para a grande maioria, reiniciar a produção pecuarística, com as poucas reses que sobreviveram e com a população que escapara na Ribeira do Seridó ou retornara a ela, quando foram mais constantes as quadras invernosas.

A variação ocorre em todas as categorias sociais, como demonstra o gráfico abaixo, especialmente com relação escrava. Diante de um período especialmente dramático, pelos prejuízos advindos das secas os plantéis poderiam ser reduzidos drasticamente em função do aumento dos escravos vendidos para minorar as perdas.

TABELA 03
População da Ribeira do Seridó

	População total	Brancos	Mulatos livres	Pretos livres	Mulatos cativos	Pretos cativos	População cativa	Fogos
1775 (a)	3630	*	*	*	*	*	*	200
1777 (b)	2699	*	*	*	*	*	*	530
1791 (c)	3604	*	*	*	*	*	*	*
1806 (d)	4317	*	*	*	*	*	452	*
1810 (e)	1451	332	564	141	127	287	414	*
1811 (f)	2026	826	846	54	89	210	299	*
1824 (g)	6276	2112	2300	302	464	1152	1616	*

Fontes: (a) Idéia da População da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, número dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que este tem tido &.^a desde o anno de 1774...; (b) Relação de todas as Igrejas Paroquiais que pertencem ao Bispado de Pernambuco dividido em Capitánias; as distâncias das freguesias, suas Capelas que as tem das Matrizes, o números dos Sacerdote, que nelas existem, além do Párcos, seus fogos, e as pessoas de desobriga, por mandado de El Rei Nosso Senhor; (c) AHU – Rio Grande do Norte, Cx. 9, D. 18, 46 e 47 [Cd-Rom – RN – Projeto Resgate]; (d), (e), (f), (g) Mapas diversos. IHGRN. Cx.83.

Nota: * Significa ausência de dados.

Observemos, especialmente, a diferença numérica entre os dados de 1810 e 1811 na Tabela acima. No que diz respeito à população branca, cresce, a olhos vistos, seu número. No início da década, era de apenas 332 e, no ano seguinte, sobe estupendamente para 826 almas. Por outro lado, se analisarmos a população cativa, grita a discrepância. De uma média de 433 escravos, se estimarmos o total de escravos de 1806 a 1810, passou-se no ano de 1811 a uma perda de 134 escravos no cômputo entre média e número absoluto do último ano. A explicação pode ser dada pela descapitalização gerada pelas secas do biênio 1808-1809, que obrigaram a retirada da população branca, no primeiro momento, mas permitiram seu retorno tão logo se fizessem água nos céus e rios. Ao passo que os escravos que acompanharam seus senhores não retornaram para a mesma freguesia, consumidos que foram como reserva monetária nos êxodos daqueles anos.

A rigor, não tivemos grandes plantéis que justificassem em cada fazenda uma senzala. Demo-nos conta da ausência delas no capítulo anterior. A maior parte dos criadores tinha um conjunto de cativos inferior a cinco e, na maior parte das vezes, ou não os possuíam ou tinha somente um escravo. Números expressivos só encontramos nas duas pontas do período colonial. Muito antes da Grande Seca, quando, em 1774, José Carneiro Machado dispunha de 10 escravos e no ano em que começou a estiagem, quando o afortunado João Marque de Souza possuía ainda 20 cativos. Só encontraremos plantéis maiores que uma dezena em 1813, e somente um caso nos bens da finada Teresa Maria da Conceição.

A despeito do pouco número do plantel, o valor dos escravos na média dos inventários só perdia em primeiro lugar para os imóveis (terras e casas) e o gado. Representavam 20,25% da fortuna geral. Mas, a exemplo do gado, tinham maior liquidez em períodos em que a família enfrentava dificuldades de capital imediato. Numa época de prolongada estiagem, por exemplo, ao baterem em retirada, os fazendeiros poderiam levar consigo o gado e os escravos para atravessar o mar de dificuldades. As terras permaneciam nos sertões, devastadas e inamovíveis e desvalorizadas.

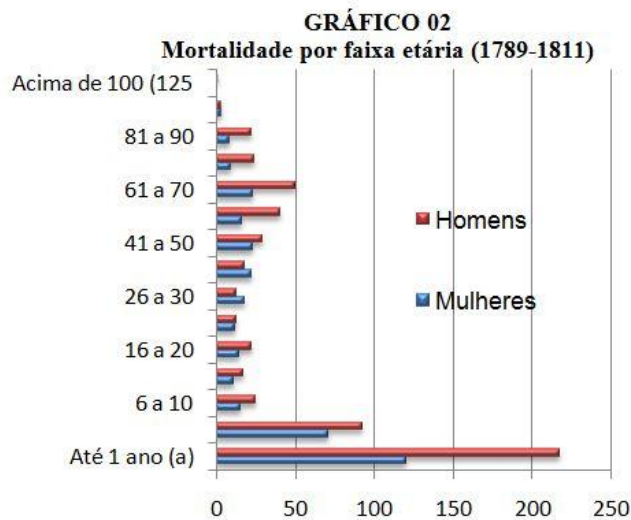
Dar a luz e continuar a tê-la brilhando nos olhos da mãe e do bebê não eram tarefas fáceis. Pelo Gráfico 02, observamos que a mortalidade masculina era quase sempre superior à feminina. Também nos primeiros anos de vida, a *moça caetana*, como o sertanejo nomeava A Morte, tinha exacerbada predileção pelos meninos, passando a diversificar seu pasto somente quando as mulheres estavam entre os 21 e 40 anos, faixa etária em que as mulheres se expunha mais aos riscos de gravidezes difíceis e temporãs e de partos, que sempre foram *cirurgias* naturais, com sangramentos, dores, desmaios e infecções.

Mas a viuvez produzia um mecanismo que protegia os filhos órfãos. Era a tutoria. Geralmente o pai era o primeiro arvorado como tutor, se não ele, um irmão mais velho do órfão, seu tio e por último seu padrinho. O tutor teria que anualmente prestar contas ao Juiz de Órfãos acerca da conservação e crescimento dos bens dos menores, assim como do estado de saúde e educação deles.

As mulheres, para tutorarem os órfãos, necessitavam de licença especial do rei. Dona Ana Tereza de Jesus fez uma petição ao rei, cuja justiça resumiu e julgou o mérito:

[Pelo] falecimento do dito seu marido lhe haviam ficado dez filhos, quatro fêmeas e seis machos e pretendia a suplicante exercer a tutela deles e administrar os bens que lhe pertencerem por ter para uso toda a inteira capacidade e viver com a devida honra, constante tudo da sentença de justificação que juntara; Visto seu requerimento com que constou hei por bem que conservando-se a suplicante no estado de viúva, seja tutora dos seus filhos que os terá em seu poder, com as suas legítimas; obrigando-se a doutriná-los e alimentá-los a sua própria custa não bastando para isso o rendimento das ditas legítimas dando fiança a elas entregar sem diminuição alguma do Principal, quando se casarem, ou emanciparem, e pela justiça lhe foi mandado.⁵

⁵ Inventário de Antônio Luis de Souza (1800)



FONTE: Livro de Óbitos e Sepultamentos da Paróquia de Caicó (1789-1811).

Impossível viver sem a morte. Ela era parte do cotidiano, que era atravessado por ela se considerarmos somente a mortalidade infantil e de adultos, em idades, para hoje, precoces. A morte motivava a produção de inventários e testamentos. Era, portanto, um evento definidor na ordem financeira da família. A prova dos nove da solidariedade entre irmãos e parentes como tios e sobrinhos. Temia-se a morte “apressada”, sem aviso, *mors repentina* (ARIÉS, 2000, p. 19). No além, uma alma mais “saudável” requeria que em vida o indivíduo dispusesse de tempo para organizar todos os detalhes do trespasse, para reconhecer pecados, procurando absolvição por meio de *mea culpa*, de rezas, de doações e de cerimônias que poderiam durar até o final dos tempos.

O cerimonial de enterramento deveria ser o mais completo possível, desde o momento da morte até o sepultamento em lugar santo, a igreja. Todos os passos deveriam ser seguidos, preferencialmente, pelo padre e sacristão. Mas isto custava caro. João Gualberto Rosa, além de pagar a conta de que se achava devendo à Santa Irmandade das Almas da qual era irmão, no valor de 59\$880, os herdeiros deveriam saldar suas vontades com relação aos itens requisitados para seu enterramento.

TABELA 04
Conta do funeral de João Gualberto Rosa

Componentes do funeral	Preço
Fábrica do crucifixo para cima	4\$000
Caminho [até a igreja, acompanhado pelo padre]	7\$000
Capa [mortalha]	1\$000
Missa	\$320
Encomendação e vela	\$960
Acompanhamento	\$320
Cruz para o sacristão	\$320
De apartar e cobrir a sepultura	\$200
Velas para o altar	\$640
Ao sacristão, vela e acompanhamento	\$640
Ofício paroquial	10\$000
Mais sinais e o sacristão	\$960

FONTE: Inventário de João Gualberto Rosa (1809)

A capa que vestiu o corpo de João Gualberto era um fardamento dos que pretendiam ser reconhecidos tão logo chegassem no além. Convinha ter sua alma imediatamente identificada, para não ser confundida com os pagãos. Nos registros de óbitos, encontramos várias denominações para estas vestes: capa, lençol, hábito, mortalha, pano ou simplesmente o material de que eram feitas. Existia uma diferença entre hábito e mortalha. O primeiro estava associado às vestes clericais (tecidos pretos), aos santos e irmandades religiosas a que pertenceram os defuntos (hábitos carmelitas e franciscanos). Embora não houvesse uma orientação explícita da irmandade, era comum que os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco fossem vestidos com o hábito correspondente ao santo da Ordem. No entanto, há uma peculiaridade com relação à pronunciada preferência pelo uso do hábito franciscano, evidente pelos que puderam pagar por ele em vida.

São Francisco tinha um lugar de destaque na escatologia católica. Uma tela setecentista na parede do consistório do conto franciscano de Salvador retrata-o resgatando almas do purgatório com a ajuda do cordão de seu hábito. Diz a tradição que, certamente com a permissão de Deus, ele fazia expedições periódicas ‘aquela zona celeste com o objetivo de resgatar almas ali encarceradas. Imaginava-se que os mortos vestidos com seu hábito pudessem ser favorecidos nessa aventuras franciscanas. (REIS, 1997, p. 112)

Os testamentos, documentos escritos em vida, eram desejados, pois esmiuçariam os cuidados com a alma no caminho de sua salvação. Mas, no Seridó, foram poucos os testamentos, talvez por ser um processo cível caro, pois não dispensariam a confecção futura de um inventário, sendo, portanto, uma peça produzida

somente por fazendeiros de posses muito significativas. Acompanhemos o testamento feito por Manoel Gonçalves Rabelo (1762):

encomendo minha alma a Santíssima Trindade que ouviu o rogo ao Padre Eterno pela morte e paixão que o Unigênito filho a queira receber como recebeu a sua, estando para morrer na aurora da Vera Cruz com meu Senhor Jesus Cristo peço por suas divinas chagas que já que nesta vida me fez mercê me dar seu precioso sangue em merecimento de seus trabalhos me faça também mercê na vida que esperamos ter o prêmio deles e a glória rogo a Gloriosa Virgem Maria Senhora Nossa Mãe de seus e a todos os santos da corte celestial especialmente Nosso Senhor Jesus Cristo e a todos os mais santos a quem tenho devoção que queiram por mim interceder e rogar a meu Senhor Jesus Cristo agora e quando minha deste corpo sair por que como verdadeiro cristão protesto viver e morrer na Santa Sé Católica crer e que tem a crer a Santa Madre Igreja de Roma e nesta espero salvar minha alma não por meus merecimentos mas pelos merecimentos da Santíssima Paixão do Unigênito Filho de Deus (...) Meu corpo será sepultado na Igreja da Nossa Senhora de Santa Ana matriz do Seridó e serei envolto com um hábito do meu patriarca São Francisco de quem sou pertencente a Ordem Terceira da dos sacerdotes que se acharem presentes os quais me dirão missa de corpo presente pela qual se dirá duas [ilegível] para que me faça em ofício de corpo presente com todos os sacerdotes que se acharem e se dará duas malas [?] pelo dito ofício doze mil réis por minha alma e pelas almas do purgatório, duas capelas pelas almas de meus defuntos e assim mais uma capela pelas almas de minha mãe e outra pela alma de meu pai todas essas missas serão ditas onde meus testamenteiros determinarem e se dará por elas a esmola costumada.

Esses documentos nomeavam santos intercessores, indicavam as missas necessárias para que a estadia no Purgatório fosse breve, davam ordem de como seriam amortalhados segundo os hábitos de seus santos protetores e davam instruções pormenorizadas para a cerimônia de enterramento: quantidade de padres e lugar onde seriam sepultados.

José Gomes Nobre, em 1764, por exemplo, mesmo sem fazer testamento, deve ter deixado muito bem gravado, na memória familiar, o cordão interminável de missas e outras disposições:

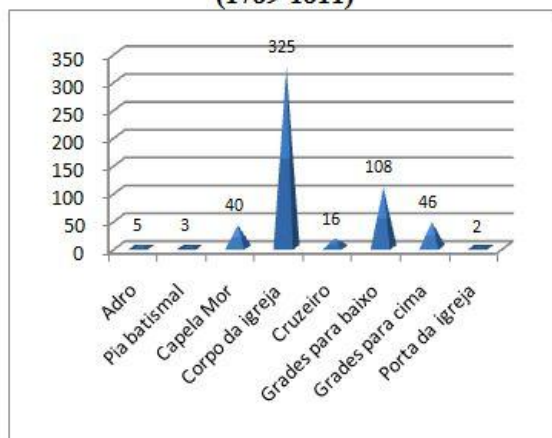
Confraria do Senhor Bom Jesus, capela do Acari (2\$560 e mais um boi de 2\$400), missa às almas santas do Purgatório (\$200), missa do defunto seu filho (4\$380), hábito mortuário, ofício paroquial, cinco missas para São Gonçalo Garcia por sua alma, cinco missas pelas almas do Purgatório, cinco missas a nossa Senhora do Rosário por sua alma, vinte missas pela alma de sua mãe, cinco missas pelas almas de seus avós, capela de missas a Nossa Senhora da Guia, capela de missa ao Senhor Bom Jesus, cinco missas a Senhora Santana como esmola de [constituição?], cinco missas ditas a São José por sua Alma.⁶

⁶ Inventário de José Gomes Nobre (1764)

A quantidade de missas talvez fosse aliviar o que sofreria de expiação na sala de espera que era o purgatório. Segundo Jacques Le Goff (2006, p. 144): “Quase todo cristão podia então pensar que passaria por esse purgatório para limpar-se de suas faltas. Era reconfortante. Todos supunham que poderiam escapar do inferno”. Os ritos sacramentais como a missa eram uma poupança a ser descontada no além-túmulo, pois partindo do pressuposto de que não se iria para o inferno, mas o risco do purgatório era pulsante, recorria-se a essas devoções como veículo veloz para atingir o paraíso.

Acreditava-se, também, que quanto mais próximo o corpo inanimado estivesse de Deus, maior as chances de sua salvação. Daí, os enterramentos ocorrerem no interior das igrejas, morada do Senhor. O solo do edifício se povoava de cadáveres, sendo esquadrihados por uma cartografia que muito dizia do lugar social do defunto (ver Figura 01). Se a capela mor, com o cruzeiro e o altar formavam o núcleo doméstico de Deus, esta passava a ser a área mais valorizada da igreja-cemitério e apenas os homens e mulheres ricos conseguiam ali uma sepultura. Somente 46 pessoas abonadas e brancas conseguiram pagar por este privilégio.

GRÁFICO 03
Distribuição das sepulturas da população branca na matriz e capelas da Freguesia de Santana (1789-1811)

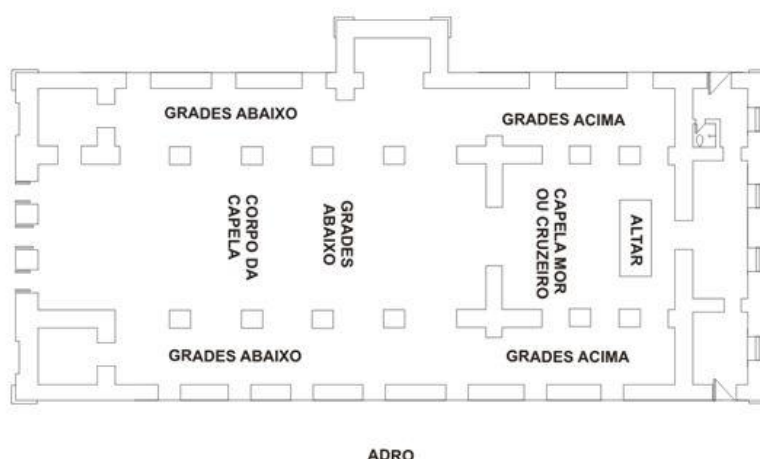


FONTE: Livro de Óbitos e Sepultamentos da Paróquia de Caicó (1789-1811)

Mas existiam outras peculiaridades a serem consideradas. Enterros na porta da igreja poderiam ser um sinal de pio arrependimento, para uma pessoa rica que passou a vida cônica de seus pecados e, vendo-se aterrado de medo de arder no inferno, queria demonstrar sua contrição e humildade, fazendo com que todos os fiéis, ao entrarem na

igreja, pisassem seu túmulo. A pia batismal também era um lugar escolhido, dado o contato que a sepultura poderia ter com os respingos da aspersão da água benta que santificaria involuntariamente o defunto. (REIS, 1991, p. 171 e passim)

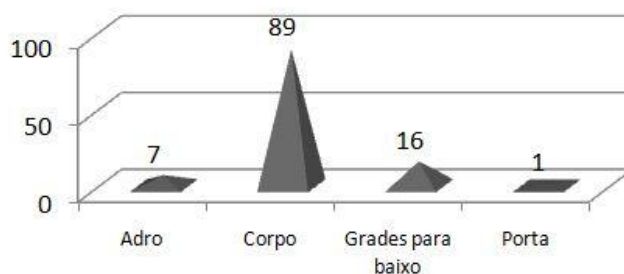
FIGURA 01
Planta baixa da Igreja de Santa Ana de Caicó com os locais de enterramento



FONTE: Croqui em MACEDO (2002, p.127)

Na parte exterior da igreja, onde poderia, ser enterrados os pobres e indigentes, sem condições de pagar por um sepultamento, era o adro. Grande número dos registros que pesquisamos não cita o lugar do enterramento, é provável que a ausência da indicação da cova fosse uma convenção para o adro.

GRÁFICO 04
Distribuição das sepulturas de pobres, índios e forros na matriz e capelas da Freguesia de Santana (1789-1811)



FONTE: Livro de Óbitos e Sepultamentos da Paróquia de Caicó (1789-1811)

Considerando o que escrevemos sobre o adro, justifica-se a presença, no gráfico acima, de tão poucos enterramentos declarados naquele sítio. Mas, as referências crescem no que diz respeito às “grades para baixo”, onde foram enterrados 16 corpos dentre escravos, índios e forros. Muito provavelmente de escravos e índios que contraíram especial familiaridade e afeto no seio da família do amo e de forros que conseguiram amealhar dinheiro suficiente para comprar seu lugar junto ao céu.

Conclusão

Começamos nossa pesquisa com a ocupação do solo colonial e das terras de fazendas de criar e findamos aqui, retornando a terra. Do latifúndio terreno medido em braças ao latifúndio do além que ainda entre os vivos era medido em sete palmos. Mas também aqui a sociedade se espelhava desigual, hierárquica e excludente. Desigual e hierárquica nos espaços interiores das igrejas-cemitérios e que expulsava para o adro escravos, forros, pobres.

BIBLIOGRAFIA

ARIÉS, Philippe. **O homem perante a morte**. 2 ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2000 (2 v.)

CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa, 1955.

LE GOFF, Jacques e MONTREMY, Jean-Maurice. **Em busca da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Vivências índias, mundos mestiços: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX**. Caicó, 2002. 168 p. Monografia (Curso de História). CERES, Universidade Federal do Rio G. do Norte.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio familiar e cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII)**. 2007. 300p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

SMITH, Roberto. A presença da componente populacional indígena na demografia histórica da capitania de Pernambuco e suas Anexas na segunda metade do século XVIII. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_IND_ST6_Smith_texto.pdf. Acesso em setembro de 2006.